



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 15/2025

Período: 09/05/2026 a 15/05/2026

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Relatório final da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos apontou que o ex-presidente Juscelino Kubitschek foi assassinado pelo regime militar
- 2- Documentos corroboram a atuação de agentes da ditadura militar brasileira no Cone Sul
- 3- Livro analisa apoio empresarial e influência dos EUA na ditadura militar brasileira

1- Relatório final da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos apontou que o ex-presidente Juscelino Kubitschek foi assassinado pelo regime militar

Os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo* reportaram o relatório da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) que concluiu que o ex-presidente da República Juscelino Kubitschek (1956-1961) teria sido vítima do regime militar (1964-1985), assassinado em 1976. A investigação da CEMDP contraria a versão oficial de que a morte decorreu de um acidente automobilístico na Via Dutra, no estado do Rio de Janeiro. Elaborado pela historiadora Maria Cecília Adão, o parecer sustentou que houve uma “ação externa” responsável pela perda de controle do veículo conduzido por Geraldo Ribeiro, também morto no episódio. As reportagens destacaram que o documento, com mais de cinco mil páginas, baseou-se em investigações anteriores conduzidas por comissões estaduais da verdade e pelo Ministério Público Federal, além de perícias independentes que questionaram a hipótese de colisão entre o automóvel de JK e um ônibus da Viação Cometa. Segundo os periódicos, especialistas apontaram falhas nas investigações realizadas durante o regime militar e inconsistências nos laudos que embasaram a tese de acidente. Os jornais também ressaltaram que o relatório contextualizou a morte de JK no cenário de repressão política da ditadura, enfatizando sua atuação na Frente Ampla e sua condição de liderança civil perseguida pelo regime após o golpe de 1964. Por fim, as publicações informaram que o relatório ainda seria analisado e votado pelos integrantes da CEMDP, podendo resultar no reconhecimento formal de JK e de Geraldo Ribeiro como vítimas da repressão política e na eventual retificação de suas certidões de óbito. O periódico *Correio Braziliense*, ainda publicou duas entrevistas a respeito da conclusão desta investigação. A primeira com o advogado e pesquisador Marco Aurélio Cezarino Braga, que

afirmou que os documentos de inteligência estrangeira, relatos de ameaças e falhas técnicas identificadas nos laudos oficiais reforçariam a hipótese de assassinato político. A segunda entrevista, publicada no mesmo periódico, apresentou a análise de Nilmário Miranda, ex-ministro de Direitos Humanos e responsável pelo pedido de reabertura do caso com base em dois elementos centrais: a absolvição judicial do motorista do ônibus supostamente envolvido na colisão, e a constatação de que os mesmos peritos que fraudaram o laudo da morte da estilista Zuzu Angel também assinaram o laudo de JK. Para o ex-ministro, o desfecho tem uma mensagem clara para o presente: revelar e reconhecer oficialmente o que aconteceu com JK fortalece a democracia e ajuda a evitar que golpes e assassinatos políticos se repitam. "Não existe futuro sem memória", resumiu Miranda. (Correio Braziliense - Política - 09/05/26; Folha de S. Paulo - Política - 09/05/26)

2- Documentos corroboram a atuação de agentes da ditadura militar brasileira no Cone Sul

Em reportagem, o periódico *Folha de S. Paulo* relatou novos documentos que corroboram que a ditadura militar brasileira (1964-1985) manteve uma rede de informantes atuando em países do Cone Sul, especialmente na Argentina, Uruguai e Chile. Os documentos do coronel Cyro Etchegoyen, divulgados pelo portal ICL Notícias, indicam que ao menos seis agentes brasileiros colaboraram diretamente com os serviços de inteligência do regime. Entre os casos, um dos colaboradores ocupava um cargo de chefia no setor de contra informação do Ministério de Defesa do Chile e teria participado, junto ao Centro de Informações do Exército (CIE) do Brasil, das articulações que antecederam o golpe de 1973 contra o presidente Salvador Allende. Os documentos também revelaram que o regime brasileiro recrutou indivíduos de diferentes perfis para participar da repressão política, incluindo líderes de grupos paramilitares de extrema-direita, membros de agências de segurança estrangeiras e imigrantes ilegais. Um relatório de 68 páginas do departamento de contrainformação do CIE detalha os métodos utilizados pela ditadura, como a infiltração em movimentos de oposição e o aliciamento de ativistas para atuarem como agentes duplos. (Folha de S. Paulo - Política - 13/05/26)

3- Livro analisa apoio empresarial e influência dos EUA na ditadura militar brasileira

Em reportagem, o periódico *Folha de S. Paulo* reportou que o livro do historiador Felipe Loureiro, intitulado "Olhares lanques: A Ditadura Brasileira nos Arquivos Norte-Americanos", revela documentos que apontam para o envolvimento de empresários brasileiros e estadunidenses no financiamento da ditadura militar no Brasil (1964-1985). O livro mostra que, em 1971, em um encontro organizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), representantes da elite empresarial paulistana e de empresas estadunidenses se reuniram para arrecadar fundos para o aparato repressivo do regime. Segundo os arquivos, o general Humberto Sousa Melo apresentou ao presidente Emílio Garrastazu Médici um pedido de financiamento para a construção de um centro de tortura semelhante ao DOI-Codi no Rio de Janeiro, bem como para a compra de armas e veículos. Para ocultar os pagamentos, foi criado um fundo educacional

vinculado à FIESP, permitindo que as empresas registrassem oficialmente as transferências. Documentos obtidos por Loureiro em arquivos nos EUA indicam o envolvimento de empresários ligados a multinacionais como a General Electric, além de membros da Câmara Americana de Comércio. A pesquisa também demonstra que os Estados Unidos desempenharam um papel significativo no golpe de 1964, particularmente por meio do apoio político e militar relacionado à Operação Brother Sam. Apesar disso, o livro revela que o governo dos EUA manteve uma postura contraditória durante a ditadura, apoiando o regime e, simultaneamente, expressando preocupação com o crescente autoritarismo e com as alegações de violações dos direitos humanos. Além do apoio financeiro ao regime, o livro menciona operações de espionagem e infiltração em países vizinhos, utilizadas para monitorar refugiados políticos brasileiros e fomentar a cooperação entre agências repressivas na região do Cone Sul. (Folha de S. Paulo - Política - 13/05/26)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Isabelle Costa (Bolsista PIBIC)

Julia Helena Esmeraldo (Bolsista PIBEX)

Marcela Furlan de Cena

Equipe redação

Ashilley Arielle Pereira

Éryka Sammara Carnieletto Bento

Estevão Alves Sousa Assunção Aragão

Fernanda Gonzaga Fabrício

Giovanna Pereira dos Santos
Isabela Lopes Banfada da Silva
Isadora Helena Caleguer Figueiredo
Luisa Rajczuk Quege
Manuela Zelira de Menezes Torres
Maria Luiza Garcia Rabelo
Nicole da Silva Ribeiro
Nicole Souza Aguiar
Pedro Levi Negromonte de Lima
Vitória Cristina de Assunção Alves Bonfim